

# Abreu admite déficit no orçamento da União

Foto de José Cruz

BRASÍLIA — Pela primeira vez desde que começou a preparar a proposta orçamentária para o próximo ano, o Ministro do Planejamento, João Baptista de Abreu, admitiu que o Orçamento da União poderá fechar com déficit. Até então, o Ministro dizia que o déficit do orçamento seria zerado, condição que considerava necessária para a obtenção de um déficit de todo o setor público em torno de 2% do Produto Interno Bruto (PIB).

— Podemos incorporar um déficit maior um pouco no orçamento da União e trabalhar com um déficit menor nos demais orçamentos. Nós ainda não nos fixamos em como distribuir o déficit pelos vários setores — explicou o Ministro.

João Baptista disse também que outras medidas, fora do orçamento, estão sendo estudadas para viabilizar a meta do déficit global do governo,



**Ministro João Batista de Abreu**

como extinção e redução de subsídios.

Mesmo admitindo “pressões respeitáveis” dos Governadores, o Ministro do Planejamento disse que não há solução para qualquer queixa eventual de outros setores do Governo ou dos Estados.

— A questão que se coloca hoje não é de se fazer escolhas. Hoje, não tenho muitas opções para escolher. A situação é de uma escassez absoluta de recursos — disse.

Uma das medidas que revelam a escassez é que, a partir do próximo ano, os Governos estaduais terão que repassar aos cofres da União o Imposto de Renda retido na fonte de seus funcionários. Atualmente, o imposto retido na fonte dos funcionários estaduais não é recolhido pelo Governo Federal, que só vê a receita do IR quando é feita a compensação do imposto retido e devido no exercício.

O Estado de São Paulo, por exemplo, será um dos mais prejudicados. Com cerca de 400 mil funcionários públicos, ele terá que recolher o IR de seus empregados ao Tesouro Federal, perdendo expressiva soma de recursos, que fazia seu capital de giro, durante o ano.